
Ciência e Método na História do Pensamento Econômico

Gentil Corazza¹

Resumo: O objetivo deste texto é fazer uma análise crítica dos métodos propostos por autores e escolas ao longo da história do pensamento econômico. No decorrer da análise, procura-se destacar não apenas as linhas de continuidade, mas também os pontos de ruptura metodológica, de modo a poder oferecer, ao mesmo tempo, um panorama geral resumido e uma análise crítica de questões específicas relativas às diferentes posições metodológicas assumidas na história da ciência econômica.

Palavras-chave: Ciência Econômica; Método; História do Pensamento Econômico.

Science and Method in History of Economic Thought

Abstract: *This paper pursues a critical analysis of economic methods along the history of economic thought. It emphasizes the lines of continuity and rupture with regard to methodological views of different authors and schools of economic thought, while offering a general panorama and a critical analysis of particular methodological questions discussed along the history of economics as a science.*

Keywords: *Economic Science; Method; History of Economic Thought.*

JEL: B40.

Introdução

O objetivo deste texto é fazer uma análise crítica dos métodos propostos por autores e escolas ao longo da história do pensamento econômico. No decorrer da análise, procura-se destacar não apenas as linhas de continuidade, mas também os pontos de ruptura metodológica, de modo a poder oferecer, ao

¹ Economista e Professor do PPGE/UFRGS; pesquisador do CNPq. E-mail: gentil@ufrgs.br. Este texto faz parte do projeto de pesquisa financiado pelo CNPq: "O Moderno e o Pós-moderno em Economia: um estudo sobre a filosofia da ciência econômica." Sua elaboração contou com a pesquisa dos bolsistas PIBIC-CNPq João Carvalho da Silva e Daniel Wartchow.

mesmo tempo, um panorama geral resumido e uma análise crítica de questões específicas, relativas às diferentes posições metodológicas assumidas na história da ciência econômica.

A estrutura do texto reproduz, em linhas gerais, a evolução histórica da ciência econômica, desde o mercantilismo e a economia política clássica, passando pela teoria marginalista e neoclássica, até a economia positiva de Friedman. No entanto, a análise crítica realizada ao longo do mesmo se baseia na visão metodológica mais complexa de três autores: Smith, Keynes e Marx. O primeiro é analisado no seu contexto histórico, mas os dois últimos ocupam a parte final do texto, sinalizando a perspectiva crítica que se quer conferir ao mesmo.

O texto contempla, também, algumas controvérsias metodológicas. A primeira delas ocorrida entre Ricardo e Malthus, e a segunda, que foi denominada de a “batalha dos métodos”, travada entre partidários da Escola Histórica Alemã e os defensores da abstração marginalista. Uma terceira controvérsia, mais recente, se deu entre o positivismo, que vem dominando a economia desde Stuart Mill até Friedman, e seus críticos modernos atuais.

Visando atingir o objetivo proposto, após esta introdução, o texto aborda os seguintes tópicos: no item 2, com base na filosofia da ciência atual, discutem-se duas visões sobre a origem, natureza e evolução da ciência econômica; o item 3 aborda a pré-história da economia durante a transição mercantilista e o item 4 analisa a tentativa fisiocrata de associar o estudo da economia ao modelo das ciências naturais; depois, nos itens 5 e 6, procura-se resgatar o esforço de Smith, considerado o fundador da ciência econômica, em estabelecer seus fundamentos morais, e a controvérsia metodológica entre Ricardo e Malthus. Nos quatro tópicos seguintes, discute-se a reação e a “batalha” do método histórico contra o método abstrato dedutivo dos clássicos e marginalistas neoclássicos, além das primeiras tentativas realizadas por Sênior e Stuart Mill no sentido de introduzir o método positivo na economia. O item 11 procura analisar a influência do positivismo lógico e do falseacionismo popperiano na economia, através dos trabalhos de Hutchinson e de Friedman. Finalmente, nos itens 12 e 13 apresenta-se, respectivamente, a visão metodológica de Keynes, expressa no que ele define como “conhecimento incerto” e a visão dialética e crítica de Marx. A conclusão procura fazer uma breve síntese do trabalho.

1. Origens, natureza e evolução da ciência econômica

Podemos distinguir pelo menos duas visões diferentes sobre a origem, a evolução e a natureza da ciência econômica. A primeira delas considera que não é possível identificar uma origem precisa, pois ela foi se formando gradativamente pela acumulação positiva de conhecimentos, cada vez mais amplos

e verdadeiros, superando controvérsias, de modo que foi se formando uma única ciência econômica verdadeira.

A segunda visão considera que a ciência econômica, entendida como um conhecimento metódico de um objeto específico, só teve início com a formação da economia capitalista, pela razão de que a existência e o domínio do capital na produção de mercadorias introduzem mudanças fundamentais na economia, especialmente nas relações de trabalho, conferindo-lhe nova finalidade, a do lucro e a da valorização do capital e não mais a produção de bens e serviços para satisfazer as necessidades humanas.

De acordo com esta segunda visão, antes do capitalismo, as ideias relativas à economia não formavam um corpo sistematizado de conhecimentos sobre um princípio explicativo central da economia, mas representavam apenas proposições sobre fatos ou elementos particulares e estavam inseridos em outros discursos “científicos”, como a moral, a filosofia, o direito e a política. No entanto, esses conhecimentos não formavam uma ciência, no sentido de serem produzidos de acordo com um método, nem se referiam a um objeto específico, com vida própria.

Estas duas visões sobre a origem da ciência econômica, por sua vez, fundamentam, também, duas visões diferentes sobre sua evolução. A primeira, seguindo uma visão convencional, sustenta uma evolução linear, uma acumulação progressiva e positiva do conhecimento, cada vez mais abrangente e mais verdadeiro sobre a realidade econômica. A segunda, inspirada em Schumpeter, afirma que a ciência econômica não progride de modo uniforme e linear, mas por saltos, momentos de revolução, de consolidação e de dominação de teorias, seguidos de momentos de crises e novas revoluções no pensamento econômico. Segundo Schumpeter (1964:25):

A análise científica não é simplesmente um processo logicamente consistente que se inicia com algumas noções primitivas que se adicionam linearmente a um conjunto preexistente. (...) Mais exatamente, é uma incessante luta com criações de nosso próprio espírito e o de nossos predecessores e progride – quando o faz – em ziguezague, não como uma lógica, mas como um impacto de novas idéias, observações ou necessidades, e também segundo as propensões e temperamento de novos homens.

De acordo com esta última perspectiva, a ciência econômica já surge como uma ciência moderna, entre 1750 e 1780, a partir da consolidação e domínio da economia política clássica, que perdurou até 1850, quando se instaurou um período de crise. Dentro deste período maior, que vai de 1750 a 1850, cabe destacar o subperíodo de 1815 a 1845, por ser uma época de crise e ao mesmo tempo muito rica para o pensamento econômico, onde se confrontaram di-

versas correntes, como o socialismo utópico, os fiéis seguidores de Ricardo, os anti-ricardianos, os socialistas ricardianos, a antiga escola histórica alemã e os primeiros representantes da revolução marginalista.

Na década de 1870, surge a revolução marginalista e neoclássica, que domina até a década de 1920, quando entra em profunda crise. Na década de 1930, se afirma a revolução keynesiana, uma revolução teórica, logo abortada, pois que de imediato foi subsumida na “síntese neoclássica” realizada por Hicks, que se torna dominante até meados de 1970. Entre os anos 1970 e 1980, instaura-se a crise da “teoria keynesiana” da síntese neoclássica. Depois disso, assistimos à sucessão e ao confronto de várias escolas e teorias, tais como o ressurgimento do monetarismo, a formação da teoria pós-keynesiana, a teoria novo-clássica e a novo-keynesiana, a nova economia institucional e o neo-marxismo, dentre outras correntes de menor expressão acadêmica.

No mesmo sentido, de confrontar visões diferentes sobre a origem e evolução da ciência econômica, Arida (2003) também identifica duas concepções sobre a natureza da mesma: a primeira que denomina de ciência rígida (*hard science*) e a segunda, de ciência flexível (*soft science*).

A visão de ciência rígida valoriza o estágio atual da teoria econômica e não sua história, o que vale é o conhecimento de fronteira e não o do passado, nem o contexto em que o mesmo se originou, pois todos os elementos verdadeiros de teorias antigas estão incorporados na teoria atual. A validade de um texto dura poucos anos. Assim, a história do pensamento econômico só interessa como a história dos erros e das antecipações de futuras teorias. Nesta perspectiva, teríamos apenas uma única teoria econômica verdadeira, que seria a síntese positiva das teorias que se comprovaram verdadeiras ao longo da história.

Já a visão de ciência flexível valoriza os clássicos da ciência e os contextos históricos em que as teorias foram inicialmente formuladas. Acentua que é preciso estudar a história da ciência, porque o conhecimento se encontra disperso ao longo do tempo. Assim, teoria e história são indissociáveis, de modo que não se pode entender uma teoria sem estudar sua história. Neste sentido, as teorias atuais são, também, teorias históricas e definitivas. A visão de ciência flexível pressupõe que as matrizes básicas da teoria econômica são de conciliação problemática e se fundamentam em intuições básicas, dificilmente traduzíveis em seu vigor e sentido originais. Assim, o estudo dos clássicos é indispensável para a compreensão da ciência, além de se constituir como fonte indispensável de novas inspirações e interpretações teóricas. O aprendizado da teoria passa pelo estudo da história do pensamento econômico. Nesta perspectiva, não temos uma única teoria econômica, mas vários paradigmas teóricos, em permanente confronto e competição.

Finalizando este tópico, é conveniente lembrar a advertência que fazem Screpanti & Zamagni (1997:9) de não se cair numa dupla tentação: a de reler o passado a partir de uma visão do presente ou de se tentar explicar o

presente através de uma visão do passado, ou seja, de se buscar nas teorias antigas uma simples antecipação do presente, ou de explicar estas últimas como resultadas da acumulação positiva de conhecimentos do passado. Nesta análise, importam tanto a evolução das estruturas lógicas das teorias como o contexto de seu surgimento, ou seja, no estudo de uma ciência, deve-se levar em consideração tanto sua história interna como sua história externa. É relevante tratar as teorias atuais como história.

2. Mercantilismo e transição: os primórdios da economia como ciência

No longo período de transição, entre o feudalismo e o capitalismo, representado pelo Mercantilismo, aproximadamente entre 1450 e 1750, não existe, ainda, uma ciência econômica, mas apenas ideias sobre fenômenos econômicos, especialmente sobre a causa da inflação, que fora provocada pelo grande afluxo de metais oriundos da América para a Europa. A razão principal é que ainda não se tem um princípio explicativo das atividades econômicas, que são basicamente comerciais. Na verdade, a economia é movida pela política e dominada pelos interesses dos Estados Nacionais em formação. Embora não se constitua de um corpo teórico coerente, a economia é, sobretudo, ciência do bom governo. As ideias econômicas estão inseridas no discurso político e representam, antes de tudo, uma arte empírica, um conjunto de fórmulas práticas para uso dos governos e defesa dos interesses nacionais. No final do período, três autores importantes, preparam o advento da ciência econômica: são eles, Richard Cantillon, que com sua obra, “Ensaio sobre a natureza do comércio em geral” (1755), se torna um legítimo precursor da economia política; William Petty, que através de sua “Aritmética Política” (1690), chega a esboçar uma teoria do valor baseada no trabalho, ao dizer que a terra era a mãe e trabalho, o pai do valor; finalmente, David Hume, que além da formulação inicial da teoria quantitativa da moeda, formulou o mecanismo regulador do comércio internacional.

Nesta perspectiva, o nascimento da economia política se dá no contexto da revolução cultural em que se forma a ciência moderna, uma verdadeira revolução guiada pela emancipação da razão, renascimento, humanismo, o homem como centro do universo, a filosofia moderna se emancipa de Aristóteles e do tomismo. “O Príncipe” (1516) de Maquiavel significa que a política deixa de ser parte da filosofia moral para converter-se em ciência. Neste clima de revolução cultural e científica, o pensamento econômico moderno procura emancipar-se da filosofia moral e da filosofia política. Assim, Antoine de Montchrétien, no seu “Tratado de Economia Política” (1615) já define a economia como “ciência da aquisição”, a qual deve abarcar não só a economia doméstica, mas principalmente a economia da república.

Como lembram Screpanti & Zamagni (1997:12), o nascimento da ciência eco-

nômica implica a superação, tanto da ideia aristotélico-tomista, que restringia seu domínio à economia familiar-doméstica, como o abandono da metafísica aristotélica. Primeiro, enquanto arte da administração doméstica, a economia era considerada uma atividade prática que não requeria investigação científica, como já requeria a política e, portanto, não requeria um conhecimento científico. A economia só se coloca como ciência ao definir-se como economia política ou nacional, em contraposição à economia doméstica ou familiar, ou seja, seu objeto de investigação se universaliza e se torna autônomo em relação a seus fins. A emancipação da economia como ciência também coincide com a secularização da própria ciência enquanto tal. O processo de secularização da ciência, em que se insere a economia, se acentua no decorrer do século XVII, por influência do jusnaturalismo, do empirismo inglês e do racionalismo cartesiano.

Assim, do ponto de vista metodológico, podemos considerar como precursores de um confronto metodológico, que perdurará longamente na história da ciência econômica, os autores William Petty e Dudley North. Petty, ao propor só aceitar conhecimentos baseados nos sentidos e causas que tenham fundamentos naturais, antecipa o uso do método empírico, indutivo ou experimental. Os argumentos devem basear-se em números, pesos e medidas. Sua “aritmética política” se confunde, de certo modo, com a futura estatística econômica. Em contraposição, North, em seu “Discurso sobre o Comércio” (1691), propõe um método oposto, baseado na dedução, de explícita inspiração cartesiana. Para ele, só devem ser aceitos os conhecimentos baseados em ideias claras e evidentes, a partir das quais se poderiam deduzir logicamente outros conhecimentos, também claros e evidentes.

3. A Fisiocracia e o modelo das ciências naturais

Uma ciência incipiente tende naturalmente, no seu início, a valer-se de conceitos e procedimentos de outras ciências. Assim, também, se passou com a ciência econômica, que, de início, se inspirou nas ciências naturais, por iniciativa dos fisiocratas.

A contribuição científica dos fisiocratas, liderados por François Quesnay, significou, antes de tudo, uma ruptura com a forma mercantilista de pensar e um passo decisivo na perspectiva do desenvolvimento da ciência econômica. Esta contribuição está associada aos novos conceitos de trabalho produtivo e improdutivo, ao novo conceito de riqueza, associada à produção agrícola e não mais ao comércio, como era no mercantilismo, e principalmente ao conceito central de “produto líquido”, cuja distribuição expressa a ideia de interdependência entre setores econômicos e a circulação da riqueza entre as classes sociais.

Para os fisiocratas, o estudo da economia já não deve voltar-se para a adminis-

tração pública e para a questão do “tesouro” real, como acontecia no período mercantilista, mas para a riqueza privada e as atividades que a geram. Assim, para esses autores, a economia se define como ciência da riqueza privada.

A explicação do funcionamento do organismo econômico se inspira na ideia de uma ordem natural, corpo biológico guiado por leis; os governos já não podem fazer o que querem contra as leis naturais da economia. O funcionamento de tais leis constitui-se no principal objeto de investigação econômica. A ordem natural, criada por Deus e inscrita na natureza, tem um fundamento teológico e metafísico. A ciência econômica segue o modelo da uma ciência natural, suas leis são mecânicas e determinísticas.

O “Quadro Econômico” (1758) de Quesnay é a representação da ordem econômica natural. As leis que governam a geração do produto líquido e a distribuição da riqueza entre as classes sociais, que também asseguram a reprodução, traduzem as leis dessa ordem natural.

4. Adam Smith: a economia como ciência moral

Adam Smith pode ser considerado o fundador da ciência econômica, título merecido pela publicação de sua obra principal, a Riqueza das Nações. Analisar esta obra sob o ponto de vista metodológico sempre foi um grande desafio para os estudiosos de Smith e também motivo de controvérsias.

A partir de uma análise dos aspectos descritivos e dos longos relatos históricos que permeiam os aspectos teóricos da Riqueza das Nações, um grande número de autores sustenta que Smith emprega o método indutivo. Exemplo disso é o que diz Bianchi (1988:109), quando se pergunta:

Qual é o caminho metodológico adotado por Smith, no tratamento de seu objeto de estudo? Sem dúvida e, ao contrário do que preconiza Buckle, o autor defende a importância da experiência e da indução como fundamento do saber. Retoma, sob esse aspecto, o método assegurado pelos empiristas ingleses, desde Bacon. Suas conclusões apóiam-se num duplo processo de observação: observação do comportamento alheio, de um lado, e observação interna ou introspecção de outro.

Como podemos ver, no entanto, apesar de referir claramente na citação que Smith coloca na experiência e na indução o fundamento do conhecimento, no final da mesma citação é mencionada a “observação interna ou introspecção”, algo mais complexo, de princípios teóricos, na origem do conhecimento, e não a simples experiência empírica.

Isto aponta para a posição de outro conjunto de autores que defendem ter Smith adotado o método abstrato dedutivo, ou seja, de que por trás dos aspectos histórico-descritivos, Smith esboça um modelo teórico, sustentado em

hipóteses abstratas, não induzidas da experiência sensorial. Sem dúvida, está presente em Smith a ideia abstrata de uma ordem natural das coisas, guiada por leis sistêmicas invioláveis, às quais o comportamento humano deve se submeter. A posição de Fonseca (1991:71) vai nesta direção, ao apontar que *A Riqueza das Nações* “a despeito do racionalismo preponderante” é uma obra “recheada de observações históricas”. Para este autor, “o recurso ao empírico fez parte constante do trabalho de Smith – embora, a rigor, fosse mais para exemplificar do que para nele buscar a origem do conhecimento”.

No entanto, pode-se dizer que, do ponto de vista metodológico, a complexidade da obra de Smith ultrapassa esta dicotomia indutivo-dedutivo e permite sugerir que ele procura elaborar seu próprio método de análise, como fizeram, depois, Marx e Keynes, por exemplo.

Neste sentido, deve-se ressaltar que o método de Smith sofreu influências diversas, desde o empirismo de Locke e Hume, até o racionalismo cartesiano e fisiocrata. De Quesnay e dos fisiocratas herdou a ideia de uma ordem natural das coisas. Ele pertencia ao iluminismo e à escola histórica, vigentes na Escócia, sua terra natal. Smith era, sobretudo, um observador da realidade e fez uso de diferentes métodos na *Riqueza das Nações*: estática comparativa, descrições e digressões históricas, teoria dos estágios históricos. Num ensaio sobre filosofia da ciência, de 1750, Smith afirma seguir o método de Newton, segundo o qual, “partindo de certos princípios originais ou comprovados, estabelecemos explicações para os diversos fenômenos, conectando-os com a mesma corrente”. De Newton, Smith retém a ideia de sistema e a importância de um princípio teórico, não pela certeza cartesiana que oferece, mas pela sua capacidade de organizar a diversidade dos fenômenos da experiência.

Assim, embora à primeira vista pareça que Smith baseie seus conhecimentos em observações dos fatos econômicos, não resta dúvida de que tais observações estão fundadas em hipóteses ou “princípios originais” como, por exemplo, o princípio de que o homem age racionalmente, guiado ao mesmo tempo pelo autointeresse e pela simpatia, cujo balanceamento gera ordem e progresso, num contexto regulado pelo mecanismo da concorrência perfeita. Esta afirmação aponta claramente para o uso de princípios organizadores da multiplicidade da experiência, o que indica a superação do método indutivo experimental. O fato de Smith filiar-se ao iluminismo escocês reforça esta perspectiva do método racional que privilegia a razão como fonte, ou como princípio ativo e organizador do conhecimento.

A natureza complexa do método smithiano fica mais facilmente compreensível no contexto da filosofia do *common sense*, da qual partilhava Smith. Tal filosofia implica na escolha e operacionalização dos conceitos teóricos com base no seu grau de familiaridade psicológica e proximidade com o mundo dos fatos.

A noção de *common sense* ou *ordinary knowledge* tem uma natureza onto-

lógica, ou seja, implica uma determinada concepção da realidade, e também metodológica, vindo a desempenhar um papel fundamental na visão de ciência de Smith; o *common sense* representa um sistema de pensamento, tem papel relevante na formação dos primeiros princípios. É como uma estrutura conceitual, baseada na experiência da vida cotidiana: forma um conjunto de princípios originais de nossa constituição mental e expressa o papel ativo da razão e do juízo na conceituação dos fenômenos, atribuindo-lhe um conteúdo pragmático e estético.

O método experimental de Smith, que se aproxima do de Marshall, é uma forma de fundamentar o sistema teórico de pensamento em aspectos concretos da realidade. Ou seja, o método de Smith expressa a complexidade do conhecimento: foge tanto do positivismo simplificador, do racionalismo cartesiano abstrato dedutivo *a priori*, como do empirismo indutivo. Ele confere importância tanto à realidade dos fatos como ao papel ativo da mente.

Talvez Marshall tenha conseguido expressar melhor a riqueza e a complexidade do método de Smith, ao acentuar que a Riqueza das Nações contém o método ideal. Embora Smith tenha ressaltado que a ciência econômica deva basear-se no estudo dos fatos, os fatos são tão complexos que, por si mesmos não ensinam nada diretamente, pois precisam ser interpretados por um raciocínio cuidadoso e pela análise. Neste sentido, Hume já havia alertado de que a Riqueza das Nações está muito “ilustrada” por “*curious facts*”. Por um lado, parece claro que Smith não pretendeu provar suas conclusões através de fatos. Suas conclusões não são o resultado a que se chega pela via indutiva, pois tais fatos só adquirem sentido no âmbito do conhecimento teórico em que se inserem, onde ganham vida e força. Por outro lado, Smith também parece acentuar que estava tratando de problemas do mundo real e não de abstrações. A noção de “experimento” se refere à “ilustração concreta” do sistema, ou seja, a história e os “*curious facts*” conferem um senso de realidade ao sistema teórico.

Como já se mencionou, o pensamento de Smith é também influenciado por Newton, especialmente sua ideia de gravitação universal, de um universo ordenado e racional, onde os fenômenos naturais são regulados por leis intrínsecas à sua natureza. No entanto, esta ordem natural é racional, ou seja, o conhecimento de suas leis é acessível pela razão. Este é o ponto culminante de uma concepção filosófica iniciada por Descartes, que conferia ao pensamento abstrato uma capacidade maior de conhecer o universo natural do que a própria observação empírica. Esta visão ultrapassa o domínio das ciências naturais para chegar à filosofia moral, no sentido de que o comportamento humano também era regulado por leis naturais objetivas. No século XVIII, as ciências naturais exerceram grande influência sobre a ciência moral.

Como sabemos, a ciência moral, para Smith, baseia-se em dois princípios originais que dominam o comportamento do ser humano, o princípio do egoísmo e o princípio da simpatia. O princípio da simpatia na filosofia moral de

Smith é análogo ao princípio newtoniano da gravidade no mundo da natureza e tem *status* metodológico de um princípio fundamental para a conceituação da experiência. Smith realça a importância dos princípios que expressam a conexão de diferentes observações e organiza a experiência relativa aos fenômenos morais; um pequeno conjunto de princípios organiza a pesquisa científica e conecta uma ampla diversidade de fenômenos.

Cabe, finalmente, ressaltar que, em Smith, há dois aspectos importantes, estreitamente relacionados: o pensamento microeconômico e a visão macroeconômica. Por um lado, indivíduos, movidos por seus interesses pessoais egoístas, produzem um equilíbrio, que se traduz no bem público. As raízes filosóficas desses componentes também são distintas. A microeconomia teria fontes empiristas e “moralistas”, inspiradas em Hume e Hutchinson, e estabeleceria uma linha de pensamento que ligaria Smith a Bentham e a Mill. Já a visão macroeconômica teria uma raiz jusnaturalista, baseada em Locke e Quesnay, e estabeleceria uma linha de pensamento que chegaria a Ricardo e aos socialistas ricardianos. O aspecto macroeconômico também está relacionado à teoria do crescimento. Esta tensão entre a dimensão micro e a dimensão macro, certamente, está presente na obra de Smith. A micro está relacionada e constitui o fundamento da mão invisível e da economia capitalista competitiva como ordem econômica natural.

Os seguidores de Smith, no período entre a publicação da Riqueza das Nações e os Princípios de Economia Política e Tributação, de Ricardo, procurarão desenvolver a teoria de Smith relacionada com o aspecto microeconômico, a teoria do equilíbrio competitivo individualista, como o fez Bentham e sua filosofia utilitarista, uma nova maneira de explicar a motivação das ações humanas.

5. A Controvérsia metodológica entre Ricardo e Malthus

David Ricardo, ao contrário de Smith, define-se por um método estritamente lógico e abstrato do conhecimento, contribuindo, assim, decisivamente para a afirmação do método abstrato dedutivo na ciência econômica. Fonseca (1991:71) afirma que, em Ricardo, a predominância do racionalismo chegou às últimas consequências. Schumpeter denomina de “vício ricardiano” a tendência de Ricardo em aplicar modelos altamente abstratos diretamente à complexidade do mundo real. O próprio Ricardo dizia a Malthus que seu objetivo era elucidar princípios e demonstrar que eles operavam na realidade.

Embora o ponto de partida para a formulação teórica de Ricardo sejam as questões concretas, ele estava convencido de que os fatos não falam por si mesmos, mas através de princípios abstratos. Assim, já em seu primeiro ensaio teórico, que trata de um problema concreto, o “alto preço do ouro”, ele o analisa a partir de princípios abstratos, procurando formular as leis

gerais que regulam a distribuição de metais no mundo. Sua conclusão lógica foi que a depreciação da moeda corrente seria consequência da abundância de moeda e que a mesma poderia ser neutralizada por meio da exportação de ouro em barra.

No seu segundo ensaio, que trata da “influência do baixo preço do trigo sobre os lucros do capital”, Ricardo parece estar mais preocupado com a aplicação de princípios teóricos do que com a análise dos fatos empíricos. Assim procedendo, ele chega a conclusões lógicas que contradizem a posição da ortodoxia, para a qual, a elevação do preço do trigo provocaria uma alta nos lucros do capital e, em sentido contrário, uma baixa do preço do trigo fazia baixar os mesmos lucros. Com base em algumas hipóteses elementares, no entanto, Ricardo consegue demonstrar logicamente o efeito contrário, ou seja, que a causa da queda dos lucros era a alta do preço do trigo e que fazer baixar o preço do trigo teria como efeito a elevação dos lucros.

As hipóteses do seu modelo analítico, Ricardo por assim dizer os toma emprestado de seus antecessores, sendo que sua contribuição e originalidade consistem em ter articulado tais princípios de forma lógica e coerente, de modo a produzir conclusões consistentes com os mesmos. Tais hipóteses ou princípios teóricos eram os seguintes: a lei dos rendimentos decrescentes da agricultura (West), a lei do autointeresse e da livre concorrência (Smith), a lei da população (Malthus) e a lei dos preços monetários (ou teoria quantitativa da moeda de Hume). Embora, para esses autores, tais princípios tenham tido como base alguma observação da realidade empírica de seu tempo, ainda que precária, Ricardo ignora esse ponto de partida e considera esses princípios uma base suficientemente sólida para dela deduzir consequências ou leis de valor universal, independente de tempo e lugar. Além disso, ele dispensa qualquer verificação empírica de suas conclusões abstratas.

O desafio teórico maior de Ricardo consistia em explicitar a conexão entre a teoria do valor trabalho, a lei dos rendimentos decrescentes da agricultura, a elevação dos salários e a queda dos lucros, para explicar a variação do produto nacional de forma independente de sua distribuição entre salário, lucro e renda da terra. Com isso, Ricardo constrói um modelo analítico simples, usando um número reduzido de variáveis, definidas com precisão, o qual podia ser empregado para analisar problemas econômicos complexos e justificar diretrizes de política econômica.

A vigência de tais leis ou princípios teóricos se realiza no longo prazo ou mesmo prescindindo da noção de tempo. É difícil saber, no entanto, se ele considerava suas hipóteses como tendências historicamente condicionadas ou como tendências permanentes. Apesar do caráter abstrato de tais leis, Ricardo extrai implicações práticas de política econômica. O raciocínio lógico-abstrato de Ricardo influenciou fortemente a metodologia da economia ortodoxa e contribuiu para afastar a economia teórica do mundo real. Como tal, só se podia criticá-la através de uma refutação lógica e não mediante uma verificação

empírica, como ficou claro no debate entre Ricardo e Malthus, que tentaremos analisar a seguir.

Malthus opunha restrições ao método de Ricardo e demonstrava mais simpatia por Smith, mas seu estilo de raciocinar não era muito diferente do de Ricardo. Ele não podia criticar o modelo teórico de Ricardo simplesmente apresentando fatos que os contradiziam, mas precisava entrar no terreno teórico dos princípios para criticá-los. Em sua crítica ao método de Ricardo, (Malthus 1996:27) afirma que:

A tendência à generalização prematura entre economistas políticos ocasiona também uma indisposição a levar suas teorias ao teste da experiência. A primeira tarefa da filosofia é explicar as coisas como elas são. Uma ampla atenção aos fatos é necessária, tanto para impedir a multiplicação de teorias, quanto para confirmar aquelas que são justas.

Malthus afirmava estar mais interessado em princípios econômicos que tivessem aplicação prática e se aproximava mais de Smith, que classificava a economia política no campo das ciências morais. Com efeito, para ele a ciência da economia política assemelha-se mais às ciências morais e políticas que às ciências matemáticas. A principal causa do erro e das divergências, dizia Malthus, parece ser a tentativa precipitada para simplificar e generalizar.

Como podemos avaliar o debate entre Ricardo e Malthus? Por um lado, pode-se dizer que, se Ricardo generaliza excessivamente, Malthus talvez generalize insuficientemente. Ricardo parece não estar preocupado em fundar seus princípios a partir de casos particulares, Malthus parece estar tão preocupado com os seus casos particulares que se esquece de buscar uma explicação teórica geral para os mesmos.

Como afirma Fonseca (1991:74), Malthus foi derrotado por Ricardo, especialmente por ter de jogar no campo do adversário, para poder enfrentá-lo, ou seja, não podia criticar o sistema lógico dedutivo de Ricardo apenas com fatos históricos ou com argumentos de ordem prática, mas precisava construir um modelo alternativo e isto Malthus foi incapaz de fazer. Nesta linha, conclui Fonseca (1991:74): “Revela-se, desta forma, a impotência do indutivismo: extremamente fértil na crítica ao dedutivismo, mas incapaz de superar a própria crítica no sentido de encontrar alternativas teóricas ao sistema que ajudou a derrubar.”

Em conclusão, pode-se dizer que a consolidação do método de Ricardo contribuiu para afastar a economia teórica do mundo real e que a derrota intelectual de Malthus, em relação a Ricardo, significou, também o triunfo e a consolidação do método abstrato-dedutivo na ciência econômica.

6. O método histórico contra o método abstrato-dedutivo

Uma primeira frente de combate à visão clássica da ciência econômica foi travada pela denominada Escola Histórica Alemã (EHA), cujo foco da crítica dirigia-se aos fundamentos epistemológicos da economia, inicialmente contra a economia clássica e, posteriormente, contra os próprios autores neoclássicos, como pode ser visto adiante no tópico sobre “a batalha dos métodos”.

Os principais autores da EHA eram Roscher, Wagner, Knies, Hildebrand e Schmoller, entre outros. Os princípios teóricos desses autores estavam associados à defesa que os mesmos faziam dos interesses de uma Alemanha dividida, fraca e economicamente atrasada, combinando nacionalismo, patriotismo, militarismo, disciplina, devoção ao trabalho e intervenção do Estado para alterar a situação de atraso em que se encontrava a Alemanha. O historicismo alemão tinha uma base romântica e representava ao mesmo tempo uma reação aristocrática e conservadora contra o iluminismo e o capitalismo em ascensão.

A partir de uma visão evolucionária e organicista da sociedade, esta escola opunha-se ao liberalismo individualista, tanto devido às suas consequências políticas e sociais, como às premissas teóricas que o fundamentavam, quais sejam, a prevalência dos interesses individuais sobre os interesses coletivos e a pressuposta harmonia social. Desta forma, a Escola Histórica Alemã representava uma negação do individualismo e do racionalismo e uma defesa da unidade orgânica da nação alemã, da superioridade dos fins coletivos e da especificidade histórica e geográfica das economias e do desenvolvimento nacionais. Defendia, assim, a existência de leis específicas do desenvolvimento nacional, condicionadas pelas circunstâncias históricas e geográficas de cada país.

Como já se mencionou, a EHA atacava os fundamentos epistemológicos da Economia Política Clássica, bem como sua pretensão de estabelecer leis econômicas naturais e universais, pois entendia que tais leis econômicas poderiam ser induzidas das regularidades observadas de forma ampla dos dados empíricos e históricos e negava o método de deduzi-las da própria razão. Ao mesmo tempo, ela criticava os fundamentos filosóficos das ações humanas, defendendo que os mesmos não se baseiam num cálculo econômico individualista, como afirmava a teoria clássica. Além disso, entendia que os agentes sociais agem movidos por fins amplos e complexos e não unicamente pelo cálculo do ganho econômico individual.

Nesta perspectiva, a EHA criticava a própria ideia de uma ciência econômica autônoma e propunha que a mesma fosse considerada apenas como um ramo das ciências sociais. Friedrich List, um dos precursores desta escola, defendia que o método histórico deveria “...interrogar a História e deduzir dela os princípios fundamentais”. Defendia um estudo histórico e interdisciplinar da economia, pois o método histórico permite compreender todos os aspectos

de um fenômeno econômico e não apenas sua lógica econômica. Em síntese, defendia que as leis econômicas fossem leis históricas e não abstratas, dedutivas, naturais e universais. Desta forma, o historicismo apresenta alguns aspectos ligados ao relativismo científico.

7. Sênior e Mill: positivismo e consolidação da ortodoxia metodológica

Depois da morte de Ricardo, em 1823, a crise e as controvérsias levantadas em torno da herança ricardiana motivaram uma ampla discussão metodológica, tentando definir os rumos que a ciência econômica deveria seguir, pois definir um método é definir um caminho mais seguro para a investigação científica e uma defesa contra as críticas adversárias. Por volta de 1830, a economia já era uma ciência consolidada, no sentido de que seus profissionais compartilhavam um conjunto de conceitos, regras de procedimentos e valores comuns, e estavam de acordo sobre os problemas que a economia devia tentar resolver.

Sênior foi o primeiro a discutir o método, como um problema ou um tema específico no campo da economia. Ele se apresentou como um discípulo fiel de Ricardo, embora tenha introduzido mudanças conceituais que indicavam um novo rumo para a economia, estreitando ainda mais o objeto da análise econômica. Em 1936, escreve o “Esboço da Ciência da Economia Política”, no qual sugere dividir o estudo da economia em dois campos: a economia como ciência e a economia como arte. Divisão que serviu de base para a posterior separação entre economia positiva e economia normativa. Com isso, ele pretendia transformar a economia numa ciência exata, cujas proposições tivessem validade universal, a exemplo das demais ciências naturais. Para tanto a ciência econômica deveria usar o método abstrato, a priori, e resumir-se a poucos pressupostos gerais, derivadas mais da introspecção do que da observação, pois entendia que as deduções, se bem feitas, geram conhecimentos tão verdadeiros quanto as suas premissas. Suas proposições contribuíram para lançar as bases de uma ciência positiva da economia.

Os principais postulados definidos por Sênior eram os seguintes: todo homem deseja o máximo de riqueza com o mínimo de esforço; a população é regulada pela disponibilidade de alimentos; os instrumentos aumentam a produtividade do trabalho e, por último, os rendimentos da agricultura são decrescentes.

John Stuart Mill, pouco depois, seguindo as definições de Sênior, explicitou a metodologia ricardiana e deu um grande impulso ao desenvolvimento e à formalização da metodologia econômica, ainda nos primórdios da nova ciência.

No entanto, apesar dos grandes avanços representados pelos escritos de Mill

sobre o método da economia, Blaug (1993:95) ainda o coloca no que denominou de “a pré-história da metodologia econômica”. Isto por que, para Blaug, a verdadeira história da metodologia econômica só começa com aqueles que empregaram o método popperiano do falseamento, como critério científico em substituição ao que antes prevalecia, o critério da verificação. Tal classificação deve porém ser vista com restrições, pois parece um tanto arbitrário aplicar retroativamente critérios surgidos um século mais tarde para demarcar o que foi e o que não foi um procedimento científico no passado. Por isso, não se pode deixar de reconhecer que Stuart Mill representou um passo importante na definição da metodologia econômica.

Mill seguiu os passos de Sênior, definindo com maior precisão a divisão da economia como ciência positiva (verdades objetivas materiais) e como arte (regras normativas e práticas de ação). Assim, a ciência deveria ser uma coleção de verdades e a arte, um conjunto de regras de conduta. Com base nesse critério, por exemplo, Mill critica Smith por ter colocado como um dos objetivos da Economia Política investigar as causas da riqueza das nações e a arte de enriquecer as nações e governar os povos. Para Mill, a arte de enriquecer e de governar não os povos seria objetivos da ciência teórica e sim de sua aplicação prática, a política econômica, que se situa no campo da arte e não da ciência.

A contribuição de Mill sobre a metodologia econômica se encontra dispersa em suas obras, mas especialmente nas seguintes: “Sobre a definição de Economia Política e o seu método próprio de investigação” (1836), “Sistema de lógica” (1844) e “Princípios de economia política” (1948).

A primeira observação a ser feita é que, do ponto de vista metodológico, há contradições, avanços e recuos, entre essas obras. Os pontos mais controversos dizem respeito à defesa ora do método indutivo, ora do método dedutivo, ora da existência de um único método científico, tanto para as ciências naturais como para as ciências sociais, ora de que cada um dessas ciências deveria ter seu próprio método.

Blaug (1993:108) lembra que Mill, no seu livro, “Sistema de Lógica”, após fazer a defesa do método indutivo, que utiliza em diferentes acepções, surpreendentemente chega à conclusão de que ele não se aplica às ciências morais da qual faz parte a economia política.

Um dos pontos mais importantes da contribuição de Mill foi, sem dúvida, sua caracterização do “homem econômico”, uma espécie de “tipo ideal” weberiano, mas muito empobrecido e limitado, quando comparado ao homem em sentido abrangente. Aliás, o próprio Mill define o homem econômico não como o homem total, mas apenas como aquela parte relativa às suas motivações econômicas. Neste sentido, o homem econômico de Mill está determinado por sua própria natureza a preferir mais riqueza a menos riqueza e com o menor custo possível. Assim, a ciência da economia política trata o principal motivo

das ações econômicas como se fosse o único motivo das ações humanas.

Para Mill, o que diferencia a economia das outras ciências sociais é que a economia se rege pela premissa do homem econômico racional, utilitário e maximizador. A economia emprega o método a priori, pois o indutivo experimental não se aplica aos fatos econômicos, que são complexamente determinados, sendo difícil isolar causas e realizar experiências controladas. Os princípios básicos da economia baseiam-se na natureza humana, o homem econômico que procura o máximo de riqueza com o mínimo de esforço. Assim, a economia é uma ciência abstrata que raciocina a partir de princípios e não de fatos.

Mill reconhece a natureza abstrata do conhecimento teórico, cuja veracidade sequer pode ser contestada, pois ele é verdadeiro ao basear-se em hipóteses verdadeiras, as quais se apóiam na evidência da experiência humana. Confrontar a teoria com os fatos não faz sentido, pois esta é uma tarefa não da ciência, mas de sua aplicação prática ou da arte. A única função da ciência é chegar às verdades abstratas.

8. O Marginalismo como ciência exata e isenta de valores

Na primeira metade do Século XIX, sob a liderança de Ricardo e Mill, havia certo consenso sobre os pontos centrais da economia política e seu método próprio de investigação, mais especificamente sobre definição e aperfeiçoamento de um método para a economia, aceitação da teoria do comércio internacional, da política monetária e da orientação ideológica liberal, bem como um consenso sobre a necessidade de abandonar a teoria clássica do valor trabalho e da teoria da distribuição. Assim, as divergências existentes não chegavam a abalar os fundamentos da economia como ciência. Mill, por exemplo, acreditava que as divergências existentes deviam-se, sobretudo, à falta de um método seguro para a produção do saber científico na economia.

Embora a figura de Ricardo dominasse o pensamento econômico, entre 1815 e 1848, após sua morte, em 1823, seus herdeiros intelectuais dividiram-se em pelo menos três correntes: os fiéis seguidores de Ricardo, os socialistas ricardianos e os pensadores anti-ricardianos. Para os propósitos deste texto, aqui só vamos tratar, no entanto, desses últimos, abordando especificamente o novo enfoque dado à ciência econômica, em direção à teoria neoclássica. O foco da mudança residia na substituição de uma teoria objetiva do valor, embasada no trabalho, por uma teoria subjetiva do valor, a partir da utilidade associada à demanda individual de um bem.

Com o abandono da teoria objetiva do valor trabalho, aprofunda-se a tendência em buscar fundamentos subjetivos para a ciência econômica. Neste sentido, Sênior, ainda em 1840, formula o princípio básico da teoria do valor

utilidade, princípio este que também aparece nos Princípios de Economia Política de Mill, em 1848. Na mesma direção, Gossen formula, em 1854, os dois princípios básicos orientadores do comportamento humano, que viriam a se constituir em pilares da nova escola marginalista: o da utilidade decrescente e o da maximização.

Ao mesmo tempo em que mudam pontos centrais da economia política em favor da teoria neoclássica, mudanças se aprofundam também em relação ao método científico. Neste sentido, em 1862, Jevons (1983:4) expressa sua visão sobre a natureza da ciência econômica, dizendo que:

A economia apresenta grande analogia com a ciência da mecânica estática e as leis da troca se assemelham às leis do equilíbrio de uma alavanca. A riqueza e o valor se explicam através do cálculo de montantes infinitamente pequenos de prazer e dor, da mesma forma que a teoria da estática apóia-se na igualdade de montantes infinitamente pequenos de energia.

Insistia ele que na definição da economia como ciência, “devemos começar por algumas leis psicológicas óbvias, como, por exemplo, que um ganho maior é preferível a um menor, e daí em diante devemos raciocinar e predizer os fenômenos que serão produzidos na sociedade por tal lei.” (Jevons 1983:35). As leis fundamentais da economia, conhecidas pela intuição imediata, seriam as seguintes: “que toda pessoa escolherá o maior bem aparente, que as necessidades humanas são rapidamente saciáveis, que o trabalho prolongado se torna cada vez mais penoso” (Jevons 1983:35). A partir desses axiomas, dizia Jevons, podemos deduzir as leis da oferta e da procura, as leis do valor, e todos os intrincados resultados do comércio, desde que os dados estejam disponíveis. Assim, a ciência da economia deveria fundar-se sobre poucas noções de caráter aparentemente simples, tais como a utilidade, a riqueza, o valor, a mercadoria, o juro, o trabalho, a terra, o capital, etc., sendo que a teoria consistiria na aplicação do cálculo diferencial a esses “conceitos familiares”. Para ele, era “claro que a economia deveria ser uma ciência matemática” (Jevons 1983:30). Era apenas uma questão de tempo, dizia: “não sei quando teremos um perfeito sistema de estatísticas, mas sua falta é o único obstáculo insuperável no caminho para transformar a economia numa ciência exata” (Jevons 1983:33).

Menger, em seus Princípios de Economia Política de 1871, também apregoava a aplicação, na economia, do método de pesquisa utilizado nas ciências naturais e afirmava que “os fenômenos da vida econômica se regem estritamente por leis iguais às leis da natureza.” (Menger 1983:240). Ele reconhecia que, embora o argumento da liberdade humana pudesse ser uma objeção contra a plena regularidade das atividades econômicas, este não seria nunca, porém, contra a regularidade dos fenômenos econômicos, que são “totalmente independentes da vontade humana” (Menger 1983:241).

No mesmo período, Walras também afirma a ideia de uma economia pura, conforme o título de sua obra “Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura” (1874), como ciência físico-matemática, ideologicamente neutra, voltada para a determinação dos preços em regime de concorrência perfeita e de equilíbrio. No entanto, a generalidade desses princípios baseados num tipo de comportamento econômico do ser humano logo fica comprometida, como se pode observar por esta afirmação do próprio Jevons (1983:116), um dos fundadores da nova teoria marginalista e do método abstrato hipotético dedutivo:

Um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses e detesta mais o trabalho; seus esforços, portanto, param, logo. Um pobre selvagem se contentaria em recolher os frutos quase gratuitos da natureza, se fossem suficientes para dar-lhes sustento; é apenas a necessidade física que o leva ao esforço. O homem rico na sociedade moderna está aparentemente suprido com tudo que ele desejar e, no entanto, freqüentemente trabalha por mais sem cessar.

Estas breves colocações talvez ainda sejam insuficientes para se fazer um balanço sobre o que representou a revolução marginalista para a definição metodológica da ciência econômica. Teria sido um passo importante na direção da unificação do conhecimento científico da economia ou uma fuga dos problemas reais da economia, em direção a um formalismo estéril? A resposta, talvez só a possamos encontrar no final desse longo percurso que foi a definição de um método específico para a economia. Nesse caminho, teve papel decisivo o que se denominou a “batalha dos métodos”, travada entre o marginalista Menger e o histórico Schmoller, na década de 1890, como será analisado a seguir.

9. A “batalha dos métodos” entre Menger e Schmoller

Na segunda metade do século XIX, enquanto na Alemanha predominava o enfoque histórico, na Inglaterra, dominava a perspectiva racionalista. Neste mesmo período, formou-se o marginalismo de Menger, Walras e Jevons.

Em 1871, Menger publica, em Viena, seus Princípios de Economia, cujos fundamentos se contrapunham à perspectiva do método histórico. Decepcionado com a indiferença com que seu livro fora recebido na Alemanha, Menger resolve publicar artigos defendendo sua teoria e atacando a visão histórica. Schmoller, que liderava a EHA, responde enfurecido aos ataques de Menger, estabelecendo-se, assim, um conflito metodológico aberto entre a perspectiva racionalista e a histórica, o qual se estende até 1910.

Esta “batalha dos métodos” teve tanta repercussão, que deixou de ser mera querela acadêmica e pessoal e representou uma verdadeira batalha que dividiu

a intelectualidade alemã em duas correntes, com repercussões, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos. Este conflito demarcava claramente dois campos em que se dividia a economia: a economia racionalista e abstrata da utilidade marginal e a economia histórica. O enfoque analítico abstrato e dedutivo da teoria marginalista teve uma vitória devastadora, que marcou profundamente toda história da ciência econômica. No entanto, no início do século XX, esta vitória ainda não era aceita pacificamente. Na Alemanha, muitos economistas mostraram-se inconformados com esta polarização e se empenharam em fazer uma ponte entre as duas correntes.

Foi assim que Max Weber criou a “sócio-economia” para servir como uma espécie de síntese teórica. Para ele, a ciência econômica necessita tanto da teoria quanto da história. Tal ponto de vista se encontra em seu famoso ensaio “Objetividade na ciência social e na ciência política”, segundo o qual, a análise econômica não pode se basear unicamente na teoria econômica abstrata, mas deve valer-se também da história econômica e da sociologia. A “sócio-economia” deveria estabelecer um diálogo entre a economia teórica, preocupada com generalizações, a história, que analisa os detalhes e particularidades, e a sociologia, que procura dialogar e estabelecer o meio termo entre as duas.

Weber pretendeu materializar suas ideias no *Handbook of Socioeconomics*, mas sua morte prematura, em 1920, o impediu de concretizar o projeto. No entanto, um dos colaboradores convidados por Weber para participar do *Handbook* foi Schumpeter, que publica, em 1914, uma breve história da “sócio-economia”. Assim como Weber, ele considerava a “batalha dos métodos” um desastre e procurava desenvolver uma análise econômica que envolvesse a teoria, a história econômica, a estatística e a sociologia econômica. Em suas obras e até o final de sua vida, em 1950, Schumpeter tentou desenvolver esta perspectiva metodológica para a ciência econômica.

Após a “batalha dos métodos”, ainda no final do Século XIX, John Neville Keynes e Vilfredo Pareto procuram definir suas posições sobre o tema.

Em 1890, John Neville Keynes publica seu “Escopo e Método da Economia Política”, com o objetivo de definir uma posição face às consequências da “batalha dos métodos”, preocupado que estava com o pouco progresso na ciência econômica conseguido pelas discussões metodológicas precedentes. Se na primeira metade do século XIX ainda reinava a confiança no progresso da ciência econômica, no final do mesmo, esta confiança já não era tão firme assim. Por isso, procura fazer novo esforço no sentido de definir o “escopo” e o “método” da economia, procurando conciliar indução e dedução. Para ele, o abstrato-dedutivo não contradiz o histórico-indutivo; os dados estatísticos são tão necessários quanto as abstrações matemáticas. Mas o método indutivo não é um caminho seguro para o conhecimento científico, por isso, o saber verdadeiro só pode ser obtido pela dedução, a partir de princípios gerais e abstratos.

Em 1896, Pareto publica seu Manual de Economia Política, onde expressa sua desconfiança na possibilidade e mesmo na utilidade de definir um método científico para a economia. Por isso, ele defende o uso de todos os meios e métodos que permitam descobrir “regularidades dos fatos” ou leis econômicas que estejam de acordo com os fatos, através da observação e da verificação empírica.

Na sequência dessas posições de Sênior, Mill, Menger e Neville Keynes, as quais foram decisivas para a formação de uma ortodoxia metodológica no Século XIX, cabe destacar a contribuição de Lionel Robbins, com sua obra “Ensaio sobre a natureza e o significado da ciência econômica”, de 1932. Trata-se de uma obra eclética, influenciada por várias correntes, inclusive pelo Círculo de Viena. Ele critica o indutivismo, afirmando não se poder prever os eventos históricos por meio da indução. Somente a dedução, a partir de premissas, garantiria a validade de uma teoria. Robbins critica, também, o monismo científico, pois afirma que nas ciências existe a subjetividade e a intencionalidade e o objeto social não é estático, mas muda ao longo da investigação. A ciência econômica apóia-se sobre uma determinada ideia de homem. Ele critica a corrente behaviorista, para a qual só interessam os comportamentos exteriores e a análise das respostas aos estímulos.

10. Hutchinson e Friedman: do positivismo lógico ao falseacionismo popperiano

A partir da década de 1930, aparecem as primeiras tentativas de aplicar tanto o positivismo lógico, do Círculo de Viena, como o falseacionismo popperiano na economia. A primeira foi feita por Terence Hutchinson e a segunda, principalmente por Milton Friedman.

Hutchinson estuda em Cambridge e Bonn, onde recebe influência positivista do Círculo de Viena. Em 1938, publica seu livro, “A Significância e os Postulados Básicos da Teoria Econômica”. Nele critica o caráter abstrato do ensaio de Robbins e a introspecção como fonte dos postulados econômicos e defende maior uso de procedimentos empíricos. Acentua sua preocupação em demarcar, na economia, o campo da ciência e da não-ciência, tal como vinha sendo feito na filosofia da ciência pelo positivismo lógico. Segundo este último, as proposições científicas devem ser formuladas de forma a poderem ser submetidas a testes empíricos, ou seja, as proposições científicas devem ter conteúdo empírico, ou seja, devem ser passíveis de comprovação empírica através da experiência.

Seguindo a orientação dos filósofos vienenses, Hutchison se propõe abandonar toda preocupação de cunho filosófico que transcenda os fatos. Para adquirir o estatuto de ciência, a economia deve lidar com fatos e não com abstrações. Ela seria uma ciência dos fatos, representada pelo acúmulo de conhecimentos

factuais. Ele critica o arcabouço teórico neoclássico e defende uma economia empiricamente significativa contra uma economia de pressupostos a priori. Rejeita qualquer forma de apriorismo e defende maior emprego de técnicas empíricas. Nesta época se desenvolvem as aplicações da estatística, as técnicas econométricas e a formulação matemática. A economia deve ser mais objetiva e comprometida com os fatos. O objetivo da ciência econômica é a previsão. Como saber positivo, a economia deve ter conteúdo factual, ela não é metafísica, não se preocupa com as essências, apenas com os fenômenos. Os princípios não podem ser derivados da introspecção, pois esta é individual e não pode ser generalizável. Propõe trocar postulados a priori por leis empíricas derivadas da observação estatística.

Em 1940, Frank Knight e, depois, em 1950, Machlup criticam e acusam Huchinson de ultraempirista, por defender que a ciência econômica deve apoiar-se em supostos empiricamente comprováveis. Para esses críticos, os princípios e hipóteses não podem ser submetidos a testes empíricos. Apenas os resultados da aplicação dos princípios teóricos podem ser submetidos a testes da verificação empírica.

Em 1948, Samuelson propõe que a ciência econômica deveria ser elaborada a partir de teoremas operacionalmente significativos (operacionalismo), ou seja, a definição de “hipóteses relativas a dados empíricos que podem ser refutadas, mesmo que em condições ideais”, definição que se aproxima do método do falseamento, proposto por Popper. Samuelson defende, também, que a ciência econômica deve se preocupar não tanto com a explicação da realidade, mas, sobretudo com sua descrição. Neste sentido busca definir os princípios operacionais, para a economia, para que seja uma ciência “que funcione”, ou uma ciência operacional, com pleno sentido positivista, separada da metafísica e das explicações últimas dos fenômenos.

Em 1953, Milton Friedman publica a sua obra “Metodologia da economia positiva”. Como já haviam feito Sênior e Mill, Friedman também enfatiza a tradicional divisão da economia em positiva e normativa e defende um método único para todas as ciências positivas, nas quais inclui a economia. Seu livro é uma obra difícil, complexa e permeada de ambiguidades. Prado (1991:151) qualifica a obra de Friedman como “uma feira de idéias metodológicas”. Nem por isso, no entanto, ela deixou de exercer grande influência sobre toda uma geração de economistas e continua sendo uma referência no estudo da metodologia da economia, para grande número deles. Tão importante foi o texto de Friedman que Boland (1997:41) ao fazer-lhe referência escreveu: “todos os economistas podem ser divididos em dois grupos, aqueles que concordam com Milton Friedman, e aqueles que não concordam.”. Tal era o ambiente que dominava a discussão metodológica em economia na década de 1960.

Para Friedman, a economia positiva é um “corpo sistematizado de conhecimentos sobre aquilo que é” ou, ainda, “a economia positiva é ou pode vir a ser uma ciência objetiva, exatamente como qualquer das ciências físicas.” Seu

caráter dogmático aparece com todas as letras, quando diz que o “processo da economia positiva elimina as divergências”. E o critério de cientificidade também repousa nos fatos: “um enunciado positivo deve ser aceito ou rejeitado com base na evidência empírica”.

Seguindo Keynes, Friedman afirma que os princípios da ciência econômica são verdadeiros a priori, e não por serem comprovados pela experiência. Defende a teoria como linguagem, ou seja, como um conjunto de raciocínios sistemáticos, um corpo de hipóteses, “sem conteúdo substantivo”, uma coleção de proposições apenas com conteúdo factual, elaboradas para abstrair características essenciais da realidade complexa. Foge, assim, de qualquer teorização de caráter especulativo, mas se preocupa, apenas, em proporcionar soluções a problemas concretos. Ele sofre grande influência do pragmatismo americano de J. Dewey e W. James, como também do falseacionismo de Popper.

Suas proposições científicas podem ser resumidas nos seguintes pontos: o objetivo da ciência é dominar e controlar a natureza; a evidência empírica é o ponto de partida de toda elaboração teórica e a realidade objetiva, o ponto de chegada da investigação científica, ou seja, a validade de uma teoria depende de seus resultados práticos. Assim, a ciência se define como um instrumento teórico que objetiva solucionar problemas práticos, mais especificamente, explicar a realidade é prever seu comportamento, pois é a capacidade de prever de uma teoria que lhe confere validade científica. Dizendo de outra forma, uma teoria é válida, se é útil para prever, não importando se é verdadeira ou falsa. O teste empírico de hipóteses, como afirma Popper, permite no máximo saber se uma teoria é falsa, mas nunca a comprovação de que ela é verdadeira. Não importa que as hipóteses de onde se parte sejam realistas ou verdadeiras, desde que sejam úteis para produzir boas previsões sobre a realidade, ou seja, se partir de premissas realistas não é condição suficiente para chegar a conclusões válidas, do mesmo modo, não se pode negar, que o realismo das hipóteses seja condição para se chegar a resultados verdadeiros.

A posição de Friedman sobre o realismo das hipóteses foi objeto de muita polêmica. Samuelson, por exemplo, critica o irrealismo das hipóteses, afirmando que as teorias devem descrever a realidade e não apenas prever seu comportamento futuro. Mas Friedman rebate as críticas, dizendo que as hipóteses são simplificações da realidade. Quanto mais significativa uma teoria, mais irrealistas são seus supostos. Na verdade, o que Friedman defende é a utilidade do conhecimento e não sua veracidade. Trata-se de buscar um saber útil e positivo e não um conhecimento verdadeiro. Assim, vemos que, de Mill a Friedman, consolidou-se a visão positivista da ortodoxia econômica até os dias atuais.

11. Keynes: da razão positiva ao “conhecimento incerto”

Na época de Keynes - mais precisamente, no período entre as duas guerras mundiais - predominava o positivismo lógico, que defendia a possibilidade de um conhecimento certo e objetivo da realidade econômica. Mas Keynes, que se formara na tradição neoclássica e positivista, cedo percebeu que essa visão não era compatível com a realidade. Com efeito, a teoria neoclássica fundava-se numa ontologia positiva, para a qual “o ser é sua aparência”, e numa racionalidade abstrata e não-histórica que menosprezava a dúvida e a incerteza. Por isso, sua crítica procura atingir o âmago dessa teoria, qualificando-a como “uma daquelas técnicas bonitas e bem-feitinhas que tentam lidar com o presente, abstraindo-se do fato de que sabemos muito pouco sobre o futuro”. Efetivamente, para Keynes, a teoria neoclássica supõe um conhecimento sobre o futuro que não podemos ter.

A visão que Keynes vai formando a realidade econômica do seu tempo. Embora não possa ser classificada formalmente como dialética, certamente não é uma visão positiva e racionalista da realidade. Para Keynes, muito mais importante que a formalização da teoria é a visão de mundo, que se coloca na raiz ou na fonte das ideias. Ele disse sentir-se “mais ligado às idéias fundamentais relativamente simples” subjacentes à sua teoria, do que às formas particulares em que as formulou. Sendo uma visão complexa, a visão de Keynes pode ser compatibilizada com uma ontologia “dialética”, para a qual o ser não é estático, mas dinâmico, complexo e contraditório, envolvendo o tempo e história. Para ele, o futuro e a ideia que fazemos dele plasmam o presente. A realidade econômica não é “dada”, “positiva”, mas construída pelas decisões econômicas de cada um. O objeto de investigação não é um dado, pré-existente, a ser descoberto e conhecido, mas um mundo criado pelas próprias decisões humanas.

Existe aqui uma interação entre sujeito e objeto do conhecimento e o método de Keynes, como o de Smith e o de Marx, certamente ultrapassa a dicotomia racionalismo-empirismo, que permeia toda história da ciência econômica. É com base nesta visão, de que a realidade econômica é criada pela própria ação humana, que Keynes vai definir a economia como ciência moral, como declara (Keynes 1973:300):

Eu também quero enfatizar fortemente o ponto de que a economia é uma ciência moral. Eu mencionei antes que ela lida com introspecção e com valores. Eu poderia ter acrescentado que lida com motivos, expectativas e incertezas psicológicas. É preciso estar sempre atento para não tratar a situação como constante e homogênea...

Ou seja, o que Keynes quer dizer é que os fatos econômicos são fatos morais, pois são motivados e intencionais e não mecânicos. Por isso, também, não são constantes e homogêneos, mas dinâmicos e contraditórios. A natureza

moral dos fatos econômicos, em contraposição ao mundo físico, é ilustrada nesta outra afirmação de Keynes (1973:300): “É como se a queda da maçã ao chão dependesse dos motivos da maçã, de se vale a pena cair no chão, e se o chão quer que a maçã caia, e de cálculos equivocados por parte da maçã a respeito da distância que a separa do centro da terra.”

Uma ciência de cunho moral, como Keynes define a economia, não pode por consequência ser formada por conhecimento preciso como o da física, mas por um conhecimento de natureza incerta. Conhecimento incerto é aquele do qual não se pode ter base para cálculo, mas apenas graus de probabilidade, graus de certeza, convicção, crença racional, peso do argumento, convenção. Como não conhecemos o futuro, raciocinamos com incertezas, probabilidades, expectativas e juízos convencionais.

Finalmente, é importante salientar que Keynes pretendeu conferir à economia o caráter de uma ciência prática que lhe fornecesse razões e instrumentos para intervir na realidade, ou seja, ao mesmo tempo em que acredita no progresso da ciência, seu método rompe com a ideia de uma ciência racionalista, abstrata, certa, única e a-histórica. A ciência econômica deve caracterizar-se como uma ciência prática, um instrumento da política econômica e de intervenção na realidade.

12. O Método dialético e crítico de Marx

O método dialético de Marx é em parte decorrente de sua crítica da Economia Política Clássica. Ele distingue claramente dois métodos ou dois momentos no processo do conhecimento: o primeiro, que parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes; e o segundo, que parte das abstrações feitas pelo pensamento, e retorna ao todo concreto, agora re-construído pelo pensamento. Como vemos, o pensamento é o sujeito ativo do conhecimento nos dois momentos do processo: primeiro na abstração ou separação mental das partes do objeto da experiência sensível e, depois, na reconstrução do todo, a partir de relações lógicas descobertas através da análise.

O primeiro método foi o caminho trilhado pelos economistas clássicos, e de forma mais radical pelos economistas marginalistas e neoclássicos, que ficaram apenas no conhecimento abstrato da realidade. Para Marx, no primeiro momento, “a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento” (Marx 1978:116). O segundo momento, o caminho de volta, que vai do abstrato à reconstrução do todo, é o que Marx chama de “método cientificamente exato”.

O método dialético de Marx se expressa através das atividades de abstrair as partes, e de reconstruir o todo concreto, as quais constituem um único proces-

so teórico do conhecimento: ir do concreto real ao abstrato e deste, ao concreto concebido pelo pensamento, constitui-se num único processo, cujos momentos se implicam mutuamente; cada um dos quais se realiza através do outro. O momento da abstração aparece como momento que se apaga e se realiza no momento seguinte: o momento dominante que consiste na reconstrução do todo concreto. Por isso, ir do abstrato ao concreto, como diz Marx, sem ir, ao mesmo tempo, do concreto ao abstrato, fazendo a crítica das abstrações, levaria a um conjunto vazio de abstrações. Por outro lado, ir do concreto ao abstrato, ao azar, sem hipótese, também não leva a uma teoria, mas apenas a um conjunto de abstrações desordenadas. Por esse motivo, as abstrações devem ser feitas a partir de um princípio unificador, uma pressuposição da existência e uma determinada concepção do todo. Cada passo da análise e da abstração deve ter em conta, desde o começo, esse todo, que ultrapassa a intuição e a representação. Análise (abstração) e síntese (concreção) formam um único método do conhecimento.

Para Marx, o método do conhecimento não é independente da definição do objeto que se propõe investigar. Ele parte da suposição de que a economia capitalista não é um aglomerado nem uma soma de partes isoladas, mas forma uma totalidade contraditória e dialética. Descobrir as determinações recíprocas entre essa totalidade e suas partes, constitui a essência do método dialético do conhecimento elaborado por Marx. O ponto de partida de toda investigação é a realidade concreta, empírica, sensorial, histórica, a partir da qual, fazemos experiências, coletamos as informações básicas, fazemos as primeiras induções, analisamos criticamente os dados, selecionamos e abstraímos o que julgamos mais importante, fazemos as perguntas e formulamos as primeiras hipóteses e conjecturas de explicação teórica.

A investigação de Marx iniciou pelo estudo da jurisprudência, mas ele logo descobriu que a “essência da sociedade burguesa estava na Economia Política” e não no direito, no Estado ou na política. Na sua “Crítica da Filosofia do Direito de Hegel”. Marx faz uma revisão crítica da concepção idealista da sociedade e do Estado, que deixa de ser encarnação divina do poder para expressar a dominação das forças econômicas e políticas da sociedade. Marx critica também a ideia de homem feita por Feuerbach, como um ser natural, produto da natureza, e o define como um ser social, produto das relações sociais. Assim, passando do idealismo para o materialismo, sua investigação preocupa-se com a análise das relações sociais objetivas que condicionam as ações dos indivíduos isolados.

Desta forma, a investigação de Marx, que começara pelo direito, passara pela filosofia e pelo socialismo utópico, vai desembocar no estudo da economia política, pois é nela que vai encontrar “a essência da sociedade burguesa”. Neste longo processo de investigação ou de pesquisa da realidade empírica e histórica e de suas teorias explicativas, Marx se vale de todos os recursos disponíveis para analisar criticamente os dados, formular suas hipóteses,

questões e perguntas relevantes, fazer as abstrações, induções e deduções, bem como definir o objeto central da economia política.

Esta visão unitária e dialética do processo do conhecimento permite superar a clássica oposição entre conhecimento indutivo e conhecimento dedutivo, uma vez que indução e dedução não constituem métodos independentes, mas apenas momentos do mesmo processo do conhecimento teórico da realidade. De um lado, não é possível um conhecimento indutivo puro, pois não se pode ir do particular ao geral, sem que se tenha de antemão uma ideia “geral” do particular. De outro lado, assim como não há fatos puros, também não há pensamentos puros. Não se pode ir do geral ao particular, sem antes ter ido do particular ao geral. As novas determinações obtidas pela dedução resultam não apenas da análise de conceitos, mas também de uma análise mais rigorosa dos fatos empíricos. Por isso, indução e dedução fazem parte do mesmo processo do conhecimento; uma se realiza dialeticamente através da outra, enquanto seu momento abolido.

O objetivo de Marx era mais abrangente que o dos economistas clássicos, uma vez que se propunha investigar a economia e a sociedade dominadas pelas leis do capital. Procura, então, descobrir a lei econômica dos fenômenos e mais, a lei de sua modificação, de seu desenvolvimento, ou seja, a transição de uma forma de relação econômica para outra, pois o desenvolvimento da sociedade é visto como um processo histórico, dirigido por leis que se sobrepõem e determinam a vontade, a consciência e a intenção dos homens. No entanto, as leis da vida econômica não são leis abstratas, válidas para sempre, pois cada período histórico possui suas leis próprias, de modo que os organismos sociais distinguem-se entre si tão profundamente como os organismos animais e vegetais.

O resultado a que Marx chega com sua investigação e que serve de fio condutor de seus estudos é que as leis do capital são as leis básicas de organização e desenvolvimento da sociedade moderna: “O capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo. Deve constituir o ponto inicial e o ponto final a ser desenvolvido...” (Marx 1978:126).

O modo de produção capitalista, o conjunto das relações sociais, as leis do capital, atuando como processo-movimento, como um todo que confere sentido às partes, aos indivíduos e aos capitais particulares, é isto que constitui o objeto complexo da Economia Política.

No entanto, diferente de Smith, Ricardo, Mill e Robbin - e poderíamos dizer de todos os economistas positivistas - para Marx, o conhecimento abstrato das partes é insuficiente para revelar a verdadeira natureza do objeto da Economia Política. É este o sentido da afirmação de Marx (1978:116):

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese,

como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida da intuição e da representação.

Dessa forma, para Marx, conhecer a realidade não é apenas abstrair as partes do todo, para conhecer suas leis internas, como fizeram os economistas clássicos, mas reproduzi-la conceitualmente. O conceito, como o próprio nome indica (*conceptus*), é o real concebido. Conhecimento teórico de uma realidade não é nem conhecimento prático-sensível, nem contemplação, mas atividade de “re-criação” da realidade, através do pensamento.

13. Conclusão

O trabalho pretendeu fazer uma análise panorâmica e ao mesmo tempo específica dos métodos propostos por autores e escolas ao longo da história do pensamento econômico. Nesta conclusão, procura-se fazer um resumo das principais questões levantadas ao longo do mesmo.

Uma primeira questão é a reconhecida dificuldade em se analisar o problema do método no desenvolvimento da ciência econômica, porque muitos dos principais autores não abordam explicitamente o método que pretendem empregar ou defender, como é o caso de Smith, Ricardo e Keynes, e muitos dos que se propõem fazê-lo, não o fazem com suficiente clareza e coerência, como aconteceu, por exemplo, com Stuart Mill e Friedman.

A segunda questão refere-se à tendência de muitos autores em associar a ciência econômica com as ciências naturais, defendendo que a economia deveria adotar o mesmo método que a biologia ou a física, por exemplo, como sugeriram explicitamente Quesnay, Jevons e Menger, ou com a matemática, como o fez Walras. Por outro lado, autores como Stuart Mill e Friedman foram fortemente influenciados pelo positivismo, quer na versão original de seu fundador, Auguste Comte, quer pelo neopositivismo do Círculo de Viena. Talvez a conclusão mais importante desta análise seja a tendência de consolidação de uma ortodoxia metodológica fortemente positivista, manifesta já nas primeiras formulações de Mill até a mais recente investida de Friedman. Na verdade, o fundamento desta tendência foi lançado por Sênior, na década de 1830, quando propôs a divisão da economia em economia normativa e economia positiva.

Merece ser destacado, também, que tanto Smith como Keynes, ao mesmo tempo em que acentuam a complexidade da formulação metodológica, defendem seu caráter de ciência moral, contra o propósito daqueles que pretendem associar a economia às ciências físicas ou à matemática.

Finalmente, Marx desenvolve uma perspectiva dialética e crítica para a economia, a partir de seu conceito de capital, que, com suas leis e contradições,

inaugura uma nova fase na história da economia. Ele propôs, claramente, um método de investigação, através do qual procura descobrir a lógica capitalista, que confere sentido ao desenrolar dos eventos históricos e um método de exposição, através do qual procura expor os resultados de sua investigação como uma re-construção da realidade, feita não mais de acordo com a sucessão temporal dos eventos históricos, mas de acordo com a hierarquia que as categorias ocupam no âmbito da racionalidade capitalista.

Referências

- ARIDA, Pérsio (2003). “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica.” In: GALA, P. & REGO, J. M. (orgs). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. Ensaios sobre Metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34.
- BIANCHI, Ana Maria (1988). *A Pré-história da Economia. De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec.
- BLAUG, Mark (1993). *Metodologia da economia: ou como os economistas explicam*. Trad. Afonso Santos Lima. SP: Edusp.
- BOLAND, Lawrence (1997). *Critical economic methodology*. Londres & Nova Iorque: Routledge.
- FARIA, Luiz A. E. (1992). “A Economia Política, seu método e a Teoria da Regulação.” *Ensaios FEE* 13(1).
- FONSECA, P. C. Dutra (1991). “O Método em Economia: uma perspectiva histórica.” In: REGO, J. M. (org.). *Revisão da Crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bienal.
- FRIEDMAN, Milton (1953). *The methodology of positive economics*. Chicago: University of Chicago Press.
- GALA, Paulo & REGO, José Márcio (orgs) (2003). *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica. Ensaios sobre Metodologia em Economia*. São Paulo: Ed. 34.
- ILIENKOF, E. (1978). “Elevar-se de lo Abstrato a lo Concreto.” In: DIAZ, P. L. (org.). *El Capital, Teoria, Estructura y Método*. Vol. 1. México: Ediciones de Cultura Popular.
- JEVONS, Stanley (1983). *A teoria da economia política*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas).
- KEYNES, John M. (1973). *The collected writings of John Maynard Keynes, v.XIV*. Londres: Macmillan.
- KOSIK, Karel (1976). *A Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz & Terra.
- MALTHUS, Thomas (1996). *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Economistas).
- MARX, K. (1978). *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores).

- MARX, K. (1983). *O Capital, vol. I*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas).
- MARX, K. & ENGELS, F. (1986). *A Ideologia Alemã*. 5a. Edição. São Paulo: Hucitec.
- MAZZUCHELLI, Frederico (1985). *A Contradição em Processo*. São Paulo: Brasiliense.
- MENGER, Carl (1983). *Princípios de economia política*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Economistas).
- PETTY, Sir William (1996). *Aritmética política*. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Economistas).
- PRADO, Eleutério F. S. (1991). *A Economia como Ciência*. São Paulo: IPE/USP.
- QUESNAY, François (1985). *Quadro econômico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- REGO, José Márcio (org.) (1991). *Revisão da Crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bial.
- ROSENTAL, M. (1978). “La Correlación entre lo Histórico y lo Lógico en el Proceso del Conocimiento.” In: DIAZ, P. L. (org.). *El Capital, Teoría, Estructura y Método*. México: Ediciones de Cultura Popular.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1964). *História da análise econômica*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- SCREPANTI, E. & ZAMAGNI, S. (1997). *Panorama de história del pensamiento econômico*. Barcelona: Ariel Economía.
- SWEDBERG, Richard (1990). *The New “Battle of Methods”*. *Challenge* 33(1): 33-38.
- WALRAS, Léon (1996). *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Nova Cultural (Col. Os Economistas).

Submissão: 07 de agosto de 2008

Primeira resposta: 26 de novembro de 2008

Aceite: 09 de janeiro de 2009

